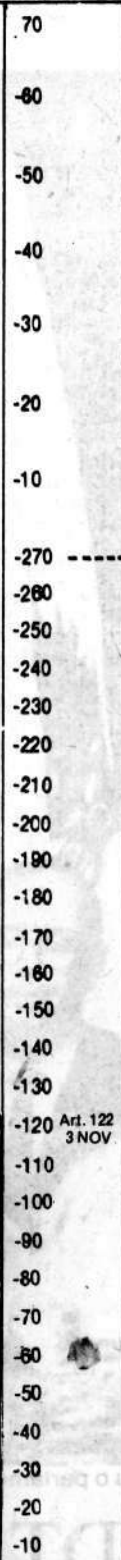


PRAZO DE VOTAÇÃO

Contagem Regressiva Faltam 26 dias

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ARTIGOS VOTADOS



Instituído o juizado de pequenas causas

Comissão aprova justiça local obrigatória para resolver os casos menos complexos

A Comissão de Sistematização aprovou ontem a obrigatoriedade da instalação de juzizados de pequenas causas...

senador Mário Covas. Logo ao ingressar no Plenário, Covas foi cercado por um grupo de parlamentares...

ser rechaçada foi uma apresentada pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ).

Contra a proposta falou o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que ressaltou já haver na legislação a figura da "indenização civil do Estado"...

Outra proposição rejeitada foi apresentada pelo senador Nelson Carneiro, que pretendia permitir a obrigatoriedade de que os membros dos órgãos de direção dos tribunais fossem eleitos por magistrados vitalícios...

FOTOS: JULIO ALCANTARA



Frota vai presidir a EBN enquanto Getúlio Bittencourt ganha prestígio na comunicação do governo

Presidente irá ao Ceará no dia 12

Fortaleza — O ministro da Irrigação, Vicente Fialho, confirmou ontem, em Fortaleza, a viagem que o presidente Sarney fará ao Ceará no próximo dia 12...

Frota Netto sai ainda com mágoa da gasolina

"Trabalhar em equipe é muito difícil", desabafou ontem o jornalista Antonio Frota Netto, que pediu demissão do cargo de Secretário de Imprensa da Presidência da República...

Frota perante a opinião pública ficou evidente.

Frota Netto decidiu pedir demissão depois de colocar o cargo à disposição de Sarney por diversas vezes. Ontem, ele almeçou no Palácio da Alvorada com o presidente e toda a equipe de Comunicação do Governo: Getúlio Bittencourt, secretário especial de Comunicação Social da Administração Federal...

tempo", sustentando que não seria o escolhido.

O ex-porta-voz pode não guardar rancor de ninguém, mas vinha se queixando das interferências em sua área. Feitas especialmente pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e por Getúlio Bittencourt, que muitas vezes prestavam informações que eram de sua responsabilidade...

Foi em dezembro de 1986 que Frota Netto chegou ao Palácio do Planalto para assumir a SID, no lugar do então secretário Fernando César Mesquita, que deixava o cargo depois de se indispor com o então ministro do Desenvolvimento e da Reforma Agrária, Dante de Oliveira. Mas Frota entrou para o Governo em maio de 1985, quando assumiu a subsecretaria de Imprensa, com a função de responder pela área econômica. Em agosto de 1986, ele foi deslocado para a presidência da Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás).

EMENDA PLÍNIO A. SAMPAIO

Juizado de pequenas causas

Table with columns for 'SIM' and 'NÃO' votes, listing names and party affiliations for the 'Juizado de pequenas causas' amendment.

ATÉ ONDE JÁ SE VOTOU NA CONSTITUINTE

Vagas serão preenchidas em 6 meses

Depois de deixar prejudicadas três emendas visando modificar o artigo 119 do substitutivo, a Comissão de Sistematização aprovou, por 59 votos contra 17 e três abstenções, proposta do deputado Gastone Righi (PTB/SP), assegurando que o provimento de vagas na atividade notarial e registral não pode ultrapassar o período de seis meses. A adição alterou o §2º do mesmo dispositivo, e não contou com pronunciamentos contrários nem com a manifestação da relatoria.

"Há muitos anos não são realizados concursos para provimento dos inúmeros cartórios que se encontram vagos, em mãos de parentes dos antigos titulares ou de apaniguados que são designados escrivães internos ou oficiais maiores". Justificou Gastone Righi. Da tribuna lembrou que a protelação da realização dos concursos não só deixam inúmeros serventários da Justiça aguardando uma oportunidade, como dá continuidade à prática da distribuição de favores. "Esta emenda visa dar um término a isto", ressaltou. "É hora de se limitar a duração da vacância das serventias".

INSTRUÇÃO

Os juzizados de instrução criminal — existentes em vários países e responsáveis pela maneira como é conduzido um processo criminal — poderão ser criados no Brasil, no momento em que for elaborada a nova legislação ordinária. É o que determina outra emenda aprovada, de autoria do deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ) por 47 votos contra 40, e quatro abstenções.

Em sua argumentação, Vivaldo disse que tais tribunais são "um clamor da sociedade". O deputado explicou que, com a sua existência, será possível um processo ter "desde o início a participação do Ministério Público, do promotor de Justiça e do Poder Judiciário, ao contrário do que acontece hoje, quando o promotor e o Judiciário praticamente se limitam a homologar as sentenças das delegacias".

Cartório continua privatizado

A tentativa de estatizar os serviços notariais e registrais — estabelecidos como sendo de caráter privado, por delegação do Poder Público, no artigo 119 do substitutivo do relator Bernardo Cabral — ficou mais uma vez prejudicada quando a reunião da Comissão de Sistematização foi reaberta à tarde. Os 85 constituintes presentes à sessão não foram suficientes para aprovar ou rejeitar a emenda do deputado Vladimir Palmeira (PT/RJ) e a matéria ficou prejudicada por 43 votos "sim", 41 "não" e uma abstenção do senador Afonso Arinos.

ca, devendo por isto passarem a ser exercidos pelo Estado. Genoio destacou que a manutenção da proposta do substitutivo é "uma garantia ao monopólio, às mordomias, às vantagens de caráter vitalício". Lembrou que só no Rio Grande do Sul, as três maiores declarações de renda são de donos de cartórios e arrematou: "É uma atividade lucrativa que beneficia determinados grupos, uma verdadeira casta encastelada nos benefícios de favorecimento do Poder Público para cobrar de todo cidadão estes serviços". Para Cabral, Genoio não entendeu nada do que foi colocado pelo deputado Michel Temer (PMDB/SP), que se pronunciou contra a emenda. "Sua tese se choca com o raciocínio do professor de Direito Constitucional Mi-

chel Temer, que conhece o meio profissional e que nele labuta", disse o relator. Ressaltou que o texto do substitutivo, além de bom, "corrige a situação anômala existente: não se pode confundir serviços notariais e registrais com serventias do foro judicial". Michel Temer reconheceu que os serviços são eficientes mas que os emolumentos cobrados "talvez sejam altos". Ele acha que é este fator que deve estar desagradando à população e se colocou totalmente contrário à estatização dos serviços, por temer com isto sua deterioração e transformação em "cabides de emprego". O relator Cabral ainda explicou ao deputado Roberto Freire (PCB/PE) que as serventias do foro judicial têm a garantia da estatização no artigo 17 das Disposições Transitórias.

Competência do STF diminuirá

O Supremo Tribunal Federal não poderá mais julgar causas já processadas por outros tribunais e advocadas pelo procurador-geral da República sob a alegação de imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas. Esta competência do STF, presente no texto de Cabral, foi suprimida através de emenda do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) aprovada ontem pela Comissão de Sistematização por 51 votos a 38.

que, segundo ele, foi um instrumento criado para que as causas de Interesse do Poder Executivo, fossem conhecidas por um Tribunal formado a partir da indicação do Presidente da República. Temer afirmou que este instrumento viola não somente o princípio da autonomia interna do Poder Judiciário como também da federação. "Se permitirmos a manutenção deste texto vamos retirar dos Estados o poder para dar a última palavra sobre as causas locais". O deputado Nelson Jobim conseguiu a supressão de um outro inciso do artigo 121, que estabelece as competências do Supremo Tribunal Federal. Por 72 votos a 19, os membros da Sistematização concordaram em retirar do STF o poder

para julgar recurso extraordinário contra decisões definitivas do Superior Tribunal de Justiça, quando considerasse relevante a questão federal ou quando a decisão contrariasse uma anterior do próprio STF. Jobim argumentou que estas atribuições transformariam o Supremo Tribunal Federal numa quarta instância, tornando inútil a criação do Superior Tribunal de Justiça. "Será possível alegar relevante questão federal para todas as causas julgadas pelo Superior Tribunal de Justiça?". O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) apresentou emenda para tirar do STF o poder de julgar habeas corpus em recurso ordinário, mas foi convencido a retirá-la pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ).

Lei do Estado Democrático com Brossard

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, recebe hoje do presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Eduardo Muiyaert, o anteprojeto da Lei de Defesa do Estado Democrático, que substituirá a Lei de Segurança Nacional. O anteprojeto propõe a introdução no Código Penal de um capítulo especial intitulado "Os Crimes contra a Ordem Democrática e contra a Humanidade", que dispõe sobre crimes políticos, como espionagem, insurreições e tentativa de golpe de Estado.

Pelo novo anteprojeto, a competência para julgar esses crimes passa a ser da Justiça Federal, saindo da esfera da Justiça Militar. O texto acaba com todos os delitos de opinião e crimes ligados a manifestação de pensamento, bem como de formação de partidos, e prevê, entre outras mudanças, a discriminação do aborto para os casos de "nascimento apresentar graves e irreversíveis anomalias físicas e mentais"; além de proteção penal do meio ambiente, memória nacional e punição aos abusos de irradiação e informática.

Gays querem intervenção em S. Paulo

São Paulo — A intervenção estadual no município, bem como a sustação pelo governador Orestes Quêcia dos efeitos "lesivos e ilícitos" dos atos do prefeito Jânio Quadros que, há 15 dias, proibiu a entrada de homossexuais na Escola Municipal de Bailado, foi solicitada ontem pelo Movimento pela Livre Orientação Sexual (Lambda). Para tanto, o movimento encaminhou à Procuradoria-Geral da Justiça do Estado de São Paulo uma representação de 23 páginas onde justifica "a ofensa praticada pelo prefeito de São Paulo nos princípios exarados no artigo 153 parágrafos 10 e 20 da Constituição da República". Segundo o secretário-geral do Lambda, Oswaldo Spockler, a ofensa do poder municipal fica caracterizada através dos cinco memorandos que Jânio Quadros expediu no período de 16 a 23 de outubro.

Getúlio, forte, deverá acumular

A saída do porta-voz da Presidência da República, Antonio Frota Netto, fortalecerá o atual titular da SECAF — Secretaria de Comunicação da Administração Federal —, Getúlio Bittencourt, que deverá acumular as funções com as de secretário de Imprensa do Governo, revelou, ontem, um assessor do presidente José Sarney.

De acordo com esta fonte, a SECAF deverá centralizar toda a parte operacional do sistema de comunicação do Governo, absorvendo a SID — Secretaria de Imprensa e Divulgação e a EBN — Empresa Brasileira de Notícias, para onde

NOVA ESTRUTURA

O objetivo das mudanças estruturais que estão sendo estudadas no sistema de comunicação do Governo é "dar unidade" à política de comunicação e suas execução que ficará sob o comando de Getúlio Bittencourt, segundo informou a fonte. Bittencourt é hoje o homem forte do presidente Sarney no setor de comunicação, com quem mantém um relacionamento de amizade.

A indicação de Getúlio Bittencourt — se confirmada — poderá gerar desconforto em algumas áreas. Entre elas, junto ao governador de Fernando de Noronha, Fernando Cesar Mesquita — ex-porta-voz e amigo de Sarney — que já deu sua opinião.

— Esse Governo, que já não vai bem no setor de comunicação, certamente vai piorar, se o Getúlio Bittencourt for confirmado como porta-voz do Governo. Ele não é do ramo. Um porta-voz tem que ser humilde na hora certa, agressivo, quando necessário, o Getúlio não tem jogo de cintura.